



## REBANHOS, SEARAS E ROÇAS

### UMA APROXIMAÇÃO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NO PERÍODO COLONIAL

---

*Helen Osório*

A tradição e a historiografia consolidaram no imaginário regional a visão onímoda do exclusivismo pecuário, dos grandes rebanhos e da propriedade como constituintes da paisagem agrária do Rio Grande do Sul durante o século XVIII. O recurso a fontes históricas pouco utilizadas até os últimos anos, tais que censos e inventários *post-mortem*, permite reconhecer, no entanto, a forte presença de

agricultores e o caráter misto de suas unidades produtivas, pois dedicavam-se à agricultura e à pecuária. Daí decorre que os escravos estavam presentes em ambas as atividades e não apenas nas charqueadas ou nos incipientes centros urbanos. Estamos, portanto, distantes dos binômios tradicionais e exclusivos que definem o estancieiro como peão e o lavrador açoriano como voltado ao trabalho familiar.

A imagem cristalizada no tempo, no senso comum e na historiografia acerca da paisagem agrária sul-rio-grandense do período colonial, é a das imensas pradarias desertas de gente e povoadas por gado *vacum*. A utilização de fontes históricas pouco usadas até os últimos anos, como censos e inventários *post-mortem*, permite que nos aproximemos daquela realidade de uma outra forma e critiquemos a visão dominante sobre tal paisagem. Para perscrutar a constituição de uma paisagem agrária que desbordava os domínios dos impérios espanhol e português na América, além do recurso a documentos pouco frequentados pela historiografia rio-grandense, é necessária uma mudança de foco e perspectiva. Ou seja, é preciso ultrapassar a consideração anacrônica das fronteiras nacionais atuais como fator constitutivo daquele processo histórico.

Fundamentamo-nos na análise de um documento excepcional, elaborado entre 1784 e 1785, para compreender o que significava, social e economicamente, ser “lavrador” e “criador” ou “estancieiro”. A fonte é a “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”, mandada realizar pelo Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ao Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, no início de 1784, com o objetivo de conhecer a real situação da distribuição de terras no extremo sul<sup>1</sup>. Trata-se de uma espécie de “censo” de proprietários e ocupantes de terras, a partir do qual pode-se caracterizar as ocupações dos produtores e, por extensão, suas unidades produtivas, sítios, chácaras e estâncias (quadro 1). Os lavradores serão abordados com maior detalhe, por não terem merecido muita atenção da historiografia, ocorrendo o contrário com os grandes criadores de gado.

O Vice-rei ordenara que o provedor indicasse “qual é o negócio em que se empregam os seus moradores, se na lavoira, se em criação de animais”. Nem sempre os capitães auxiliares que realizaram as relações em cada distrito cumpriram tal determinação, e por isso há uma lacuna significativa desta informação. Por outro lado, como a única referência à agricultura é a declaração de ocupação, optou-se por considerar apenas as categorias mais citadas e foram ignorados os casos de difícil classificação, que demonstram as diferenças de critérios dos elaboradores das relações. Estes casos estão agrupados em “outros”. De qualquer forma, as quatro primeiras categorias listadas, “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação” (que passaremos a denominar abreviadamente por “mais lavoura”) representam 79,2% dos registros de ocupação.

<sup>1</sup> Para detalhes sobre a elaboração deste documento e seu tratamento metodológico, ver OSÓRIO, Helen. *Estâncias, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 1999. (Tese de Doutorado). p. 65.

Quadro 1: Ocupação dos possuidores de terras, 1784

Ocupação	nº	%
Lavrador	817 <sup>a</sup>	52,2
Criador	220 <sup>b</sup>	14,1
Criador e lavrador	132 <sup>c</sup>	8,4
Mais lavoura do que criação	70	4,5
Outros	72 <sup>d</sup>	4,6
Não informados	253	16,2
Total	1.564	100,0

Fonte: “Relação de moradores...” Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ), cód. 104, vols. 6, 7 e 8; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), F1198 A e B.

a: incluídos 5 casos “vive pobremente”

b: incluídos 10 casos “vive de seu negócio e estância”

c: incluídos 7 casos “criador e planta para seu sustento”

d: incluídos 22 casos “planta para o sustento de sua casa”, 6 “vive da produção de sua fazenda”, 17 “vive de seu negócio”, 10 “vive de sua agência”, 16 vários tipos de artesanato e 1 “capataz”.

A constatação inicial que a “Relação” possibilita é a de que no Rio Grande, região comumente considerada como o “reino da pecuária”, o número de possuidores de terras dedicados à agricultura predominava amplamente sobre o dos criadores de gado. Se considerarmos os “lavradores” e aqueles que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação” de animais, temos um contingente de 56,7% dos censados, o que equivale dizer, das unidades produtivas existentes. Eliminando-se os casos não informados do número total de registros, este percentual chega a 67,6%, contra 26,8% dos “criadores” e “criadores e lavradores” somados. A importância numérica deste grupo na configuração da paisagem agrária e produtiva do Rio Grande fica aqui evidenciada.

Em apenas duas, das dezenove freguesias existentes<sup>2</sup>, não foram listados “lavradores”: Cerro Pelado e Encruzilhada. Eram ambas freguesias fronteiriças, de recente ocupação e com as maiores médias de animais. Nelas dominavam largamente os “criadores” e “criadores e lavradores”, e há uma pequena incidência dos “mais lavoura”. Os lavradores, portanto, estavam disseminados por praticamente todo o território da capitania. Desenha-se assim uma paisagem agrária bastante semelhante à que vem sendo estudada para a região do rio da Prata, na qual pequenos e médios proprietários constituíam-se no maior contingente ocupacional da campanha de Buenos Aires, segundo censos de população da metade do século XVIII e início do XIX<sup>3</sup>, com maior concentração nas áreas mais próximas do grande mercado que se constituiu na cidade de Buenos Aires.

<sup>2</sup> As freguesias e distritos eram: Caí, Conceição do Arroio, Cachoeira, Cerro Pelado, Encruzilhada, Estreito, Lombas, Mostardas, Nossa Senhora dos Anjos, Povo Novo, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha, Taquari, Triunfo, Vacaria e Viamão.

<sup>3</sup> MORENO, J. L. La estructura social y ocupacional de la campaña de Buenos Aires: un análisis comparativo a través de los padrones de 1744 y 1815. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos & MORENO, José Luis. (comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993. GARAVAGLIA, J. C. Migraciones, estructuras familiares y vida campesina: Areco Arriba en 1815. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos & MORENO, José Luis. (comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Op. cit.

Foram identificados como “casais do número” quase a metade dos “lavradores” (46,8%) e dos “mais lavoura” (48,6%). Eram casais açorianos originalmente enviados para povoar o Rio Grande em 1752, ou oriundos da Colônia de Sacramento, ou ainda de Maldonado (em território da Banda Oriental, para onde tinham sido levados pelos espanhóis com a conquista do Rio Grande em 1763, e “devolvidos” na base do Tratado de 1777). Provavelmente sua participação entre os lavradores ultrapassasse o percentual encontrado, pois tal informação dependia do detalhamento com que o capitão do distrito realizasse a “Relação”.

A quantidade e tipos de animais possuídos por cada proprietário é o único dado relativo à produção, além da ocupação declarada, que a “Relação” fornece. Como se pode observar no quadro 2, ele é bastante elucidativo acerca das denominações das ocupações e da própria estrutura agrária.

Quadro 2: Número médio de animais por ocupação, 1784

Ocupação	Lavrador	Criador	Criador e Lavrador	Mais lavoura do que criação
Reses	61	852	1.041	104
Bois	6	8	16	6
Cavalos	6	27	57	14
Éguas	1	344	293	51
Potros	0	31	40	6
Burros	0	7	5	0
Burras	0	6	5	0
Mulas	0	10	16	0
Ovelhas	0	24	21	0

Fonte: “Relação de moradores...” AN/RJ, cód. 104, vols. 6, 7 e 8; AHRS, F1198 A e B.

Notório é o caráter *misto* das atividades dos produtores e, em consequência, de suas unidades produtivas. O “lavrador” também possuía seu rebanho; um rebanho que para outras regiões da América portuguesa não seria nada desprezível. Por exemplo, na capitania de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, em 1785, com o mesmo tipo de fonte, um mapa agrário, foi determinado o número médio de vacas parideiras – um total de 22 cabeças – daqueles produtores definidos como exclusivamente *criadores*<sup>4</sup>. No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador. Tomemos quatro

<sup>4</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XVIII)*. Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1994. (Tese de Doutorado). p. 177.

exemplos da faixa mais pobre de lavradores, moradores da freguesia de Triunfo, dois deles pardos forros. Literalmente a informação diz “vive pobremente de algumas lavouras”. Possuíam eles de 12 a 30 reses, nenhum boi, alguns cavalos, éguas e potros, animais que não lhes garantiam uma existência decorosa<sup>5</sup>.

O produtor que possuísse um pouco mais de uma centena de reses, em média, era descrito como dedicando-se “mais à lavoura do que à criação”. Isto significa que rebanhos de tal tamanho não eram suficientes para o sustento de uma família, e que seu sustento provinha *principalmente* da agricultura<sup>6</sup>. Garavaglia lançou como hipótese, ao estudar um censo que continha a ocupação dos habitantes, mas não o gado que possuíam, que a denominação de “estanciero” ou “labrador” devia basear-se no maior ou menor número de cabeças de gado que o produtor tivesse<sup>7</sup>. O censo que estamos analisando confirma, para o Rio Grande do Sul, essa hipótese, conforme o quadro apresentado. E comprova, também, a predominância de unidades produtivas mistas, dedicadas à agricultura e pecuária concomitantemente.

Os “lavradores” praticavam uma pecuária menos diversificada que os “criadores” e os “criadores e lavradores”. Não criavam ovelhas nem produziam mulas<sup>8</sup>. A produção de mulas necessitava de uma inversão importante, que era a aquisição do burro reprodutor, o “burro hechor”, o animal de maior valor unitário. Em contrapartida, possuíam, proporcionalmente às reses, o maior número de bois que qualquer outra categoria (um boi para 10 reses, contra um boi para 107 reses, entre os criadores), o que é um indicativo da prática da agricultura (quer como animal de tração para o arado, quer para carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola). Estamos, portanto, frente a um produtor rural que é *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca<sup>9</sup>, carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializasse algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros. Podemos defini-lo como camponês, no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução. Na análise do patrimônio dos proprietários de menos de 100 cabeças de gado vacum que mencionaremos mais adiante, realizada com inventários, detectou-se um número significativo de produtores que contavam com a complementação de mão-de-obra escrava. Mas, como os inventários retratam os

<sup>5</sup> “José Gonçalves, pardo forro (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 20, cavalos 3, éguas 25 e potros 6”; José do Prado, pardo forro (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 30, cavalos 4, éguas 42 e potros 8; Gonçalo Barbosa (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 12, cavalos 4, éguas 13 e potros 2 e Inácio Mendes, vive agregado a sua sogra (...) e vive pobremente de suas lavouras: gado vacum 20, cavalos 2, éguas 20 e potros 4.” Relação dos moradores (...) da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Triunfo. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ), cód. 104, vol. 6, fl. 474.

<sup>6</sup> Entre os 254 casos de ocupação “não informada”, a média de reses é 279, o que indica que boa parte deles seriam lavradores; 98 detinham de 0 a 100 cabeças de gado vacum, e outros 107 possuíam de 101 a 1.000 cabeças.

<sup>7</sup> “...ya sea que los llamemos “estancieros” o “labradores” (la diferencia probablemente debía estribar en el control de más o menos cabezas de ganado)...” GARAVAGLIA, J. C. Migraciones, estructuras familiares y vida campesina... *Op. cit.* p. 175.

<sup>8</sup> Existe apenas uma ocorrência de lavrador que cria ovelhas em Triunfo, e duas para criação de muaras na Freguesia de Estreito.

<sup>9</sup> Estes são os alimentos que constam do *Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande*; o arroz aparece neste mapa numa quantidade ínfima. ANRJ, cód. 104, vol. 3.

estratos economicamente superiores da sociedade, julgamos não poder generalizar a participação dos escravos como força de trabalho para o conjunto do grupo dos lavradores. Recordemos, também, que identificamos, na própria “Relação”, quase 50 % dos lavradores como sendo “casais do número” açorianos. Esses camponeses, pelo menos nos momentos iniciais de sua instalação, contavam apenas com os braços de sua própria família. A esta conclusão, que caracteriza como camponês, agricultor e pastor a este tipo de produtor, já chegara o historiador argentino J. C. Garavaglia<sup>10</sup> ao analisar a estrutura produtiva da campanha de Buenos Aires através de inventários, no período de 1750-1815. Também aí os camponeses contaram, complementarmente, com mão-de-obra escrava.

Entre os criadores, observou-se uma subdivisão. Há os que só vivem de sua criação, e os que vivem de sua criação e lavouras. Em ambas as ocupações verifica-se a criação de todos os tipos de animais. Mas, surpreendentemente, os “criadores e lavradores” possuem, em média, 22% mais reses que os “criadores”. Possuem também o dobro do número de bois, um indicativo da prática da agricultura, da mesma forma que um número superior de mulas, utilizadas em múltiplas tarefas. Os maiores proprietários de rebanho eram, portanto, não os especializados, mas justamente aqueles produtores mistos que combinavam a pecuária com a agricultura, que diversificavam sua produção. Novamente a comparação com o Rio da Prata pode ser esclarecedora. Em Buenos Aires, os produtores que praticavam nas mesmas unidades produtivas a pecuária e a agricultura eram os mais capitalizados, possuindo o maior número de escravos e os maiores rebanhos para todos os tipos de animais, além de serem os donos das terras em um percentual superior ao da amostra trabalhada.<sup>11</sup>

A “Relação de moradores...” de 1784 permitiu determinar que a maior parte dos detentores de terras do Rio Grande (68%, desconsiderando os casos não informados) era composta de “lavradores”, na verdade pequenos agricultores e pastores. Analisaremos agora suas unidades produtivas, basicamente através de inventários, tomando aqueles que possuíam até 100 cabeças de gado vacum. Recordemos que aqueles que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação” detinham, em média, 104 vacuns, razão pela qual estabelecemos o limite de 100 cabeças.

O geógrafo espanhol Andrés de Oyarbide participou das campanhas de demarcação de limites dos territórios portugueses e espanhóis, contemporaneamente à realização

<sup>10</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial*. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p. 186.

<sup>11</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. In: MANDRINI, Raúl & REGUERA, Andrea. (comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: Instituto de Estudios Histórico-Sociales (IEHS), 1993. p. 91-120.

da “Relação”. Por esta razão percorreu os territórios da Banda Oriental e do Rio Grande. Antes de chegar à vila de mesmo nome, passou por uma paragem denominada Capela, cujos habitantes descreveu assim:

*...el vecindario portugués de estas inmediaciones que todo es de labradores pobres, isleños de los pobladores que vinieron de las Islas Terceras o mestizos y criollos del Brasil y San Pablo, y así de corto establecimiento pues ahora es que van tomando incremento.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Grifos nossos. *Memoria geográfica de los viajes practicados desde Buenos Aires hasta el Salto Grande del Parana por las primeras y segundas partidas de la demarcación de límites*. Por Andrés de Oyarbide, geógrafo. Biblioteca del Museo Naval, Madrid, ms. 282.

Oyarbide apontava a origem variada – açorianos, mestiços e brancos de diversas partes do Brasil – destes lavradores que ele considerou pobres. Os testamentos de 50 dos 191 inventariados da amostra exemplificam a diversificada imigração que beneficiou o Rio Grande. Dezenove deles eram naturais dos Açores, doze da própria capitania, quatro da Colônia de Sacramento, quatro de Portugal, quatro de Santa Catarina, dois de Espanha, dois de São Paulo, um das Minas Gerais, um de Curitiba e um de Benguela, preto forro.

Quanto à hierarquia econômica, a divisão dos inventários por número de cabeças de gado<sup>13</sup> mostrou-se coerente, como podemos verificar no quadro 3.

<sup>13</sup> Detalhes e discussão metodológica sobre a elaboração da amostra de 376 inventários rurais que abarcam o período de 1765 a 1825 encontram-se em OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*. p. 89.

*Quadro 3: Número médio de escravos e monte-bruto médio, por tamanho de rebanho vacum, 1765-1825*

Nº de cabeças gado vacum	Nº médio escravos	Monte-bruto médio (em libras)	Nº invent.	% invent.
0 a 100	3,3	289	191	50,8
101 a 1.000	7,2	863	135	35,9
mais de 1.000	21,8	6.185	50	13,3

Fonte: 376 inventários *post-mortem*, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Esses pequenos produtores, detentores de até 100 cabeças de gado, configuram-se como o setor mais pobre dos produtores rurais inventariados, comparados com os médios e grandes estancieiros, seja em relação ao patrimônio bruto total, seja ao número de escravos. De todos, 10,5% não possuíam sequer uma cabeça de gado vacum, ainda que tivessem algumas éguas e cavalos; 15,2% não tinham nenhum escravo e 30,9% não possuíam terras próprias. Comparando com os estancieiros, todos os “grandes” (possuidores de mais de 1.000 cabeças) eram proprietários de terras e escravos. Entre os “médios”, 4,5% não possuíam escravos e 15,5% produziam em terras alheias. Portanto, o acesso aos escravos e às terras era bem mais difícil para este grupo de lavradores.

A diferenciação econômica e social entre estancieiros e lavradores pode ser percebida na seguinte reclamação, de uma autoridade militar, sobre a qualidade das tropas que lhe seriam enviadas, no contexto das guerras de conquista das Missões, em 1801:

*As duas companhias de auxiliares que V. M. promete incorporar-se, não só não tem chegado, como são as daquele regimento as menos aptas para fazer serviço nesta campanha, já por serem gente mais pobre, e por isso com menos e mais maus cavalos, como serem (por maior parte) Lavradores e não Estancieiros, que são os mais hábeis para o serviço de cavalo....<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> Francisco Barreto Pereira Pinto ao Ten. Cel. Patrício J. Correa da Câmara. Guarda de São Pedro, 22/07/1801. ANRJ, Cód. 104, vol. 13, fl. 180.

O militar faz uma distinção entre os dois grupos; os estancieiros são mais hábeis no serviço a cavalo e os lavradores são identificados como gente pobre, que possui piores cavalos. No entanto, deixa claro que nem toda “gente mais pobre” é lavrador, mas a “maior parte” sim.

A presença dos meios de produção relacionados à agricultura, nos diferentes tipos de unidades produtivas descritas nos inventários, é a que segue (quadro 4):

Quadro 4: Frequência (%) de meios de produção nas pequenas unidades e nas estâncias, 1765-1825

Meios de Produção	Pequenas Unidades	Estâncias
Bois	69,6	88,6
Carros/carretas	32,5	53,3
Foices de trigo	28,8	33,2
Arado	24,1	31,0
Moinho	23,0	21,7
Forno	14,1	16,8
Prensa	12,7	12,5
Roda	11,0	13,6
Atafona	9,4	17,9

Fonte: 376 inventários *post-mortem*, APERS

Todos os bens de produção enumerados aparecem em menor proporção entre as propriedades dos lavradores do que entre os estancieiros, com destaque para os bens mais caros, como bois, carretas e atafonas. Para o restante dos equipamentos, a diminuição dos percentuais é pequena. Significa isso que os pequenos produtores rurais praticavam menos a agricultura que os médios e grandes proprietários de rebanhos? Certamente não. Simplesmente sua condição econômica não lhes permitia dispor dos equipamentos mais caros, como atafonas, ou rodas de ralar mandioca.

<sup>15</sup> KUZNESOF, Elizabeth. A. *Household Economy and Urban Development São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986. p. 38.

<sup>16</sup> GARAVAGLIA, J. C. De 'mingas' y 'convites': la reciprocidad campesina entre los paisanos rioplatenses. *Anuario del IEHS*, n. 12, p. 131-139, 1997. p. 131.

<sup>17</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Op. cit.* p. 251.

Possivelmente desenvolvessem alguma forma de cooperação com seus vizinhos de fortuna e parentes, com empréstimo de instrumentos. Em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, a produção da farinha de mandioca era realizada com o auxílio de vizinhos<sup>15</sup>, sendo que Garavaglia<sup>16</sup> conseguiu detectar práticas de cooperação e reciprocidade no campo rio-platense, entre os lavradores de trigo. Em alguns inventários, por exemplo, não consta nenhum instrumento agrícola, mas são registrados “bois lavradores” ou uma lavoura de trigo ou mandioca. Situação semelhante, ausência de instrumentos e presença de roças, foi detectada por Faria<sup>17</sup>, em Campos de Goitacazes, no mesmo período. Portanto, ou os produtores não detinham efetivamente os instrumentos e os obtinham de vizinhos e parentes, ou não foram incluídos no inventário. Por outro lado, se considerarmos em nosso cômputo os instrumentos mais corriqueiros, como as enxadas e as foices comuns, constatamos a prática de agricultura em 73% destas pequenas unidades produtivas. Não é demais lembrar, também, que a fonte utilizada, os inventários, registra de forma muito incompleta os bens relativos à agricultura, como as lavouras ou a própria produção, devido ao caráter temporário das culturas e ao momento de realização do inventário. Na amostra trabalhada, foram listadas apenas 18 lavouras de trigo, 14 de mandioca, 5 de milho, 3 de cana-de-açúcar e 2 de feijão e, registradas, como produção, duas vezes farinha de trigo e três vezes farinha de mandioca. Dentre as benfeitorias das terras, as lavouras são citadas 19 vezes, mas não avaliadas separadamente. Portanto, devemos considerar as referências a instrumentos e lavouras como indicadores *mínimos* da agricultura praticada.

As propriedades inventariadas eram descritas de diversas formas. Na amostra, para as unidades com menos de 100 cabeças de gado, a denominação mais comum é “campo” (71 ocorrências), seguida de “data de terras” (40), “chácara” (37), “terras” (17), “sítios” (15), “rincão” (9) e “estância” (3). Foram avaliados individualizadamente, ainda, 30 casas, 5 “potreiros”, 4 “matos” e 2 “cercados”. Nada podemos afirmar sobre a extensão dessas propriedades, pois o tamanho é declarado em um número ínfimo de casos. Mas, o exame dos títulos de “datas” concedidas aos lavradores indica que estas tinham, no máximo, 272 hectares. Quanto às benfeitorias destes campos, datas, chácaras, foram descritos mas não avaliados separadamente, 46 casas e ranchos, 26 “cercados” e “valos”, 22 arvoredos, 19 currais, 19 lavouras e roças, 10 pomares (em geral de “árvores de

espinho”; a árvore mais citada individualmente é a laranjeira), 3 paióis e 2 atafonas. A combinação mais freqüente de benfeitorias foi “casa, curral, cercas e arvoredo (ou lavoura)”. A descrição dessas benfeitorias é bastante pobre nos inventários. A avaliação da propriedade como uma unidade só, indica que adquiriria valor apenas por seu conjunto. No Rio da Prata a situação foi diversa: árvores, currais, cercas, casas e galpões eram avaliados individualmente.<sup>18</sup> Os poucos paióis listados provavelmente indicam a pequena monta do excedente produzido e/ou a necessidade imediata que tinham os lavradores de comercializarem seu excedente, especialmente o de trigo. Temos algumas referências de que os lavradores endividavam-se em espécie, comprometendo a colheita futura.

A existência de currais e cercados demonstra a combinação, também para esses pequenos produtores, da agricultura e pecuária. Assim, constatamos que, tanto nas estâncias quanto nas pequenas propriedades, desenvolviam-se as mesmas atividades produtivas. Garavaglia já enunciara tal conclusão para a campanha de Buenos Aires: “estancieros y labradores se dedicaban exactamente a las mismas actividades productivas”. Observa o autor, com muita propriedade, que a linha demarcatória entre os produtores deve ser buscada não no tipo de atividade exercida, mas numa série de variáveis, entre elas a posse de escravos, a propriedade da terra, o uso de força de trabalho externa ao grupo doméstico e o controle de uma quantidade maior ou menor de animais.<sup>19</sup>

Os lavradores, estes pequenos produtores que viemos analisando, contavam eles essencialmente com a própria força de trabalho familiar ou dependiam da mão-de-obra escrava? Essa questão remete-nos a um dos temas que tem recebido importantes contribuições desde a década passada: a disseminação da propriedade escrava entre a população livre, ou nas palavras de Schwartz<sup>20</sup>, um de seus primeiros formuladores, “a estrutura de posse de escravos”. Examinando um recenseamento de proprietários de escravos realizado na Bahia, em 1817, o autor concluiu que no Recôncavo, zona açucareira por excelência, os níveis de concentração de escravos em grandes unidades eram relativamente baixos, existindo uma predominância de plantéis pequenos e médios (até 19 escravos) e que, portanto, havia uma ampla distribuição da propriedade de escravos entre a população livre. Teixeira da Silva<sup>21</sup>, analisando listas de lavradores de mandioca, na Bahia, década de 1780, apontou que 18% deles não possuíam escravos, 34% detinha um ou dois, e que 32%

<sup>18</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. *Op. cit.*  
GARAVAGLIA, J. C. Las chacras y quintas de Buenos Aires ejido y campaña, 1750-1815. In: MANDRINI, Raúl & REGUERA, Andrea. (comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: IEHS, 1993. p. 121-146.

<sup>19</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. *Op. cit.*. p. 119.

<sup>20</sup> SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 368.

<sup>21</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 1990. (Tese de Doutorado). p. 155.

detinham de 3 a 5 cativos. A partir daí o autor advoga a existência de uma “pequena produção escravista”: produção mercantil, escravista, voltada para o mercado interno.

A fonte mais adequada para a apreensão dos grupos domésticos são censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente este tipo de fonte ainda não foi encontrado para o Rio Grande. Como apreender e determinar qual o tipo de força de trabalho predominante nas unidades produtivas? Os inventários *post-mortem* fornecem-nos uma série de dados que nos permitem aproximar-nos da questão. Recordemos, no entanto, que uma das distorções, ou limite, dessa fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população. Assim, encontramos que 15,2% dos lavradores inventariados não eram proprietários de escravos, proporção que para o conjunto da população livre seria muito maior. O número médio de escravos do grupo é de 3,3, para toda a amostra (os estancieiros possuíam 11).

Mas, qual a condição desses escravos? Se tomarmos, como fez Castro<sup>22</sup>, apenas aqueles que tinham entre 15 e 40 anos, e não apresentavam nenhuma doença registrada, ou seja, os que estavam em idade produtiva, seu número desce drasticamente. Eles eram apenas 232 dos 634 do plantel total, ou seja, 36,6% dos escravos dos lavradores. Computando apenas os cativos sãos, e em idade adulta, o número médio decai para 1,2 escravos por proprietário. Já os estancieiros, nas mesmas condições, possuíam 43,8% dos escravos do plantel total, com um número médio de 4,8 escravos. Castro determinou, para Capivary, Rio de Janeiro, no contexto de fim do tráfico negreiro, que os lavradores pobres possuíam 3 escravos em média, sendo apenas 35% deles nas condições estabelecidas. A proporção é muito semelhante à que encontramos. Mas, estamos abordando um período de plena vigência do tráfico, o que indica a modéstia deste setor proprietário de escravos. A discriminação das condições de saúde e idade do escravo é importante para determinarmos se essa mão-de-obra cativa era complementar, ou não, ao grupo familiar, e para nos indagarmos das possibilidades de reposição desta mão-de-obra por parte dos pequenos produtores. Provavelmente seria difícil àqueles modestos senhores realizar os desembolsos para a recomposição do seu pequeno plantel.

Hierarquizando os plantéis, encontramos que 54,9% dos lavradores proprietários de escravos detinham de 1 a 3 escravos e, ampliando a faixa até 5 escravos, localizamos aí 84% dos proprietários da amostra.

<sup>22</sup> CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 92.

Os inventários consultados fornecem o número de herdeiros e, a maior parte das vezes, a idade dos filhos solteiros, omitindo a dos casados. Não fornecem, tampouco, a não ser de forma indireta e ocasional (geralmente na partilha), informações sobre os arranjos familiares, a coabitação de filhos casados e a gerência dos bens familiares. Confrontamos o número de herdeiros, somado ao próprio inventariado, com o número de escravos possuídos, como forma de medir a dependência, ou não, do trabalho escravo. Temos que em 79% das famílias, o número de seus membros era superior ao número de escravos. Essa é uma forma de medida precária, já que não podemos determinar quantos dos herdeiros casados ainda faziam parte do grupo doméstico, mas que, cremos, pode ser considerada indicativa da complementaridade da mão-de-obra escrava em relação à familiar, para a maior parte dos pequenos produtores.

Mesmo que tivesse a fortuna de possuir algum escravo, o lavrador participava na produção de alimentos. É o que se depreende da aflita reclamação de um comandante militar, às vésperas da conquista do Rio Grande pelos espanhóis:

*(...) até o presente não pude vencer com o governador, que me mandasse socorro de paisanos, nem a companhia da cavalaria de ordenança, de que é capitão Domingos Martins, havendo-me segurado em muitas cartas que em breve marchava, e até o presente inda não saiu do Rio Grande, tendo por outra parte notícia que não espere por ela enquanto se não recolhem os trigos.<sup>23</sup>*

<sup>23</sup> Grifos nossos. Thomaz Luiz Ozório ao Conde de Bobadela, Trinchreira de Santa Tereza, 14/12/1762. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio Grande (RG), cx. 2, doc. 8.

A cavalaria de ordenanças, os seus membros, certamente os mais abastados entre a população local, não se dispunham a servir o rei enquanto não colhessem seus trigos...

Quase cinqüenta anos depois, uma cena muito semelhante. Os milicianos de Viamão, mobilizados para a conquista da Banda Oriental, em 1811, estavam acantonados em Maldonado, território oriental. Mais de meia centena deles peticionou, como segue:

*Dizem os milicianos dos esquadrões de Viamão abaixo-assinados todos lavradores casados, que eles em razão de se acharem empregados há 14 meses no Real Serviço, (...) fizeram avultadas despesas nos seus uniformes (...) sendo os suplicantes homens casados com obrigação de mulher e filhos que vivem do diário serviço de suas lavouras de onde costumam tirar o necessário para a subsistência delas as quais ficaram sem meios deste preciso socorro pela ausência dos suplicantes e a maior parte não possuem escravos para continuar o dito serviço nem para colherem os trigos que ficaram plantados no que resultariam só dano às ditas famílias como aos suplicantes*

*por se empenharem fiados em pagarem com seus trigos, achando-se (...) também faltos de dinheiro para se refazerem do que necessitam (...) [pedem] licença para irem aproveitar suas colheitas e se refazerem do preciso...*<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Grifos nossos. Petição anterior a 27/dez/1811. AHRS, Correspondência dos governadores, Requerimentos, maço 4.

<sup>25</sup> FRAGOSO, João. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 76.

<sup>26</sup> Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo número das Freguesias atuais da mesma capitania no ano de 1798 AHU-RG – Cx. 9, doc. 44; Mapa de toda a população existente na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no ano de 1805. AHU-RG – Cx. 17, doc. 25.

<sup>27</sup> OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*

**Outras bibliografias consultadas:**  
CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORAES SILVA, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922. Fac-símile da 2ª ed., 1813. [A 1ª edição é de 1789, Lisboa]

Nota: todas as referências à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foram apresentadas com as cotas anteriores à reorganização da documentação realizada pelo Projeto Resgate.

Helen Osório é graduada e doutora em História e professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

hosorio@via-rs.net

Os milicianos dispunham da força de trabalho de sua família e a maior parte, mas não todos, não possuía escravos. No momento de maior demanda de trabalho, a colheita (eles peticionam em dezembro, e a colheita era feita neste mês e em janeiro), necessitavam estar juntos de suas famílias para realizarem a tarefa. Ademais, já tinham parte (ou toda?) da colheita comprometida com os “fiados”; necessitavam, portanto, retornar a casa, depois de tanto tempo de serviço.

A propriedade de escravos no campo rio-grandense certamente esteve disseminada em um *continuum*. Num extremo, encontravam-se famílias camponesas que contavam apenas com sua mão-de-obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas – como os que observamos acima (com 3 escravos em média) – e os médios estancieiros (7 escravos), até se chegar ao extremo oposto, onde se situava o grupo dos grandes estancieiros, que detinham cada qual 21 escravos em média.

Essa constatação não deve obscurecer, no entanto, o fato fundamental que diz respeito à alta disseminação da propriedade escrava entre os inventariados (85%), comparável à que Fragozo<sup>25</sup> encontrou para o Rio de Janeiro (pouco mais de 90%), no período de 1810-1830. Além disso, a proporção de escravos na população do Rio Grande não diferiu substancialmente da de outras capitanias da América portuguesa: eram 37,1% da população em 1798 e 33,7% em 1805<sup>26</sup>. Sua presença nas estâncias também foi muito superior ao que se supunha; encontramos estâncias que possuíam mais de uma dezena de escravos “campeiros” e “domadores”. Tais escravos especializados compõem 41% daqueles com ocupação declarada possuídos pelos estancieiros presentes na amostra.<sup>27</sup>

Finalizando, temos que no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, constituiu-se uma paisagem agrária em que os denominados “lavradores” criavam rebanhos vacuns de 100 cabeças ou mais, e os “estancieiros” plantavam (mandioca e trigo, entre outros). Os escravos não eram encontrados apenas nas charqueadas ou nos incipientes centros urbanos, mas espalhados entre as searas de trigo, prensas e rodas de mandioca, e montados em cavalos domando outros cavalos ou pastoreando rebanhos de gado. A paisagem agrária e seus produtores, que daí emergem, certamente distanciam-se dos binômios tradicionais e exclusivos “estancieiro-peão” e “lavrador açoriano-trabalho familiar”.